



O contrato da fala: a representação de fontes jornalísticas negras no *Jornal Nacional*

Ana Maria Conceição Nascimento
Universidade Federal do Maranhão
E-mail: ana.mcn@discente.ufma.br

Leila Lima de Sousa
Universidade Federal do Maranhão
E-mail: sousa.leila@ufma.br

Thaís Cristina Bueno
Universidade Federal do Maranhão
E-mail: thaisa.bueno@ufma.br

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo investigar a representação das fontes jornalísticas negras oficiais, experts e primárias nas edições de agosto de 2024 do *Jornal Nacional*, para identificar como essas vozes são enquadradas e quais espaços ocupam dentro do telejornal. O referencial teórico discute o papel das fontes e as estruturas raciais que dificultam a visibilidade de pessoas negras em posições de saber e autoridade. O estudo adota abordagem quali-quantitativa e faz uma análise de conteúdo de 27 edições do telejornal, considerando critérios como raça, gênero, tipo de fonte e tempo de fala. Em seguida, procedeu-se a uma reflexão interpretativa ancorada no *Contrato de Informação Midiático* (Charaudeau, 2006; 2016), para compreender as condições discursivas (identidade, finalidade, proposição e dispositivo) que orientam a produção e circulação dos enunciados. Os resultados apontam que as fontes negras ainda aparecem com menor frequência e destaque, especialmente como oficiais e experts, e revela que o telejornal ainda propaga desigualdades e centra as pessoas brancas dentro das narrativas jornalísticas.

Palavras-chave: *Fonte negra. Jornal Nacional. Racismo. Representação. Telejornal.*

Abstract: This research aims to investigate the representation of official, expert, and primary Black journalistic sources in the August 2024 editions of *Jornal Nacional*, to identify how these voices are framed and what spaces they occupy within the television news program. The theoretical framework discusses the role of sources and the racial structures that hinder the visibility of Black people in positions of knowledge and authority. The study adopts a qualitative-quantitative approach and performs a content analysis of 27 editions of the television news program, considering criteria such as race, gender, type of source, and speaking time. Next, an interpretive reflection was carried out based on the Media Information Contract (Charaudeau, 2006; 2016) to understand the discursive conditions (identity, purpose, proposition, and device) that guide the production and circulation of statements. The results indicate that black sources still appear less frequently and prominently, especially as officials and experts, and reveal that the television news program still propagates inequalities and centers white people within journalistic narratives.

Keywords: *Black source. Jornal Nacional. Racism. Representation. Television news.*

Introdução

Este artigo surgiu a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) que tem como título “O contrato da fala: a representação de fontes jornalísticas negras no Jornal Nacional”, defendido na Universidade Federal do Maranhão em 2025, que teve como objetivo observar quem e quais são as fontes jornalísticas mais presentes no Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, Brasil. No campo do jornalismo, o termo fonte refere-se a certos tipos de pessoas ou documentos que fornecem informações importantes para a construção e manutenção da credibilidade de uma matéria qualquer.

Analisar quem ocupa o papel de fonte nas matérias jornalísticas é uma forma de compreender quais vozes são legitimadas nos meios de comunicação. Diversas pesquisas sobre representação racial na mídia brasileira indicam que pessoas negras continuam sub-representadas como fontes oficiais, especialistas e porta-vozes de relevância pública, enquanto figuras brancas seguem predominando nos espaços de credibilidade e interpretação dos acontecimentos. O *Perfil Racial da Imprensa Brasileira* (2021), principal levantamento nacional sobre desigualdades raciais no jornalismo, demonstra que essa ausência não resulta apenas de escolhas pontuais de pauta, mas está inserida em dinâmicas estruturais que organizam o campo midiático. E essa ausência de pessoas negras como fontes está relacionada ao que Silvio Almeida (2019) chama de racismo estrutural, que é a uma forma de discriminação que produz privilégios ou desvantagens para um grupo racial e que se manifesta, por exemplo, nas instituições midiáticas moldando quem pode falar e de que forma sua voz é legitimada.

Assim, entender a influência da imagem na formação das identidades brasileiras é importante, sobretudo em relação a televisão, pois esse meio historicamente define quem aparece e com que autoridade. Apesar de 56% da população brasileira se autodeclarar negra (Brasil, 2022), não se vê esse movimento plural nas telas. A relevância deste estudo justifica-se pelo papel central do Jornal Nacional como o telejornal mais influente e assistido do país, atuando como formador da opinião pública; nesse contexto, torna-se pertinente investigar de que modo as fontes negras são representadas na sua cobertura. Para isso, utiliza-se a classificação de fontes proposta por Lage (2006), articulada a uma reflexão baseada no *Contrato de Informação Midiático* de Charaudeau (2006), permitindo observar não apenas a função das fontes na narrativa, mas também as condições discursivas que moldam sua visibilidade. A pesquisa parte dos seguintes problemas: como se configura a representação de fontes negras no Jornal Nacional? Como identificar o grau dessa presença e em quais categorias essas fontes se inserem?

O objetivo geral desta pesquisa foi investigar a representação de fontes negras oficiais, experts e primárias nas edições do *Jornal Nacional*. E como objetivos específicos, a pesquisa buscou mapear a presença de fontes negras durante o recorte temporal selecionado; elencou os enquadramentos percebidos sobre as fontes no telejornal a partir das categorias propostas; e comparou a visibilidade de fontes negras e brancas, observando as diferenças no espaço e o destaque concedido a cada grupo.

O estudo adota uma abordagem quali-quantitativa (Schneider *et al.*, 2017) e utiliza a Análise de Conteúdo Categrorial proposta por Bardin (1977) como método principal complementada por uma reflexão discursiva baseada no *Contrato de Informação Midiático* de Charaudeau (2006), a fim de compreender não apenas a frequência e a classificação das fontes, mas também as condições discursivas que moldam sua visibilidade e legitimidade no telejornal. Foram examinadas as edições do *Jornal Nacional* exibidas entre 1º a 31 de agosto de 2024, seguindo as categorias pré-definidas.

A TEORIA POR TRÁS DAS NOTÍCIAS

O jornalismo se consolidou como campo social e profissional no século XIX a partir da expansão da imprensa, e ganhou destaque no século XX, com os meios de comunicação de massa (Traquina, 2020). Mesmo diante das transformações históricas e tecnológicas, manteve valores centrais, como a objetividade e o compromisso com a veracidade dos fatos (Silva, 2010b).

Para Kovach e Rosenstiel (2001 *apud* Bordinhão, 2023, p. 14), a verdade jornalística não é absoluta, mas serve para “fornecer aos cidadãos a informação de que precisam para serem livres e se autogovernarem”. Nilson Lage (2013) complementa que cabe ao jornalista selecionar o que é útil e de interesse público, prezando pela qualidade e pluralidade das informações. Nesse sentido, Traquina (2020, p. 18) descreve os jornalistas como “os modernos contadores de ‘estórias’ da sociedade contemporânea”, enquanto as fontes são os personagens que validam e sustentam essas narrativas.

Dessa forma, compreender quem são as fontes e como são selecionadas é fundamental para entender o jornalismo como prática social e política. Manuel Pinto (2000) propõe uma classificação de fontes que considera a natureza (pessoal ou documental), a origem (pública ou privada), o alcance geográfico, o grau de envolvimento e a postura diante do jornalista. No entanto, o autor reconhece que essa abordagem é insuficiente para explicar a complexidade das relações entre jornalistas e fontes, pois desconsidera os fatores sociais e simbólicos que moldam as interações (Pinto, 2000).

Schmitz (2011) amplia essa discussão e propõe uma hierarquização das fontes, classificando-as como primárias que participam diretamente dos fatos e secundárias que interpretam e contextualizam. Ele separa as fontes pelos seguintes tipos: fonte oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada e referencial, além de quatro modos de ação: proativa, ativa, passiva e reativa. Quanto ao crédito, as fontes podem ser identificadas ou anônimas; e quanto à qualificação, podem ser confiáveis, fidedignas ou duvidosas.

Lage (2006) propõe uma categorização das fontes jornalísticas em sete tipos. As fontes oficiais são aquelas vinculadas ao Estado ou às instituições que possuem autoridade legal. As fontes oficiosas, por sua vez, também pertencem às instituições, mas não têm autorização para representá-las publicamente. As fontes independentes são aquelas que não mantêm vínculos diretos com órgãos de poder nem atuam em defesa de interesses institucionais. As fontes primárias correspondem aos protagonistas do fato ou às principais fornecedoras de informações. As fontes secundárias têm o papel de contextualizar e complementar o entendimento do acontecimento. As fontes testemunhais são constituídas por pessoas que presenciaram o fato. Por fim, as fontes experts são especialistas com conhecimento técnico, acadêmico ou científico sobre o tema abordado.

Neste estudo, foram consideradas três categorias principais de fontes: oficiais, experts (especialistas) e primárias, por serem as mais recorrentes na rotina de produção de um telejornal diário. A diversidade de fontes é necessária para ampliar as perspectivas de várias pessoas. Mendes (2010) explica que as rotinas produtivas levam os jornalistas a recorrerem às fontes habituais e oficiais, o que reforça o que Hall *et al.* (1978) chamam de “primeiros definidores”. Isso significa que certas instituições determinam como os fatos são enquadrados, limitando o pluralismo informativo.

Charaudeau (2016) menciona que o discurso jornalístico é uma prática social e histórica, orientada por fatores internos e externos à comunicação. O contrato de comunicação, defendido pelo autor, define os papéis e objetivos entre emissor e receptor, enquanto o lugar de fala influencia o modo como o discurso é legitimado. De fato, o modelo teórico de Patrick Charaudeau contribui para compreender como o discurso jornalístico organiza sentidos, legitima vozes e define posições de autoridade. Para o autor, o jornalismo opera dentro de um Contrato de Comunicação, um acordo implícito que estabelece papéis, expectativas e regras que orientam a produção e a circulação da informação (Charaudeau, 2006; 2016).

Esse contrato não se limita ao conteúdo veiculado, mas estrutura as condições de fala, determinando quem pode falar, sobre o que e com qual efeito de legitimidade. No contexto midiático, esse acordo se materializa em quatro dimensões centrais: identidade, finalidade, proposição e dispositivo. A identidade diz respeito às posições ocupadas pelos atores no processo comunicativo, no telejornalismo, isso inclui apresentadores, repórteres, especialistas e fontes, cada qual investido de diferentes graus de autoridade. A finalidade refere-se ao objetivo do discurso, que pode informar, explicar, convencer ou sensibilizar o público. A proposição define o ponto de vista a partir do qual o acontecimento é narrado, indicando o enquadramento predominante. Já o dispositivo corresponde às condições materiais de difusão, como o suporte televisivo, sua temporalidade e seus formatos de apresentação. Assim, a leitura do telejornal à luz do contrato comunicativo, a partir de um levantamento descritivo feito no campo, oferece instrumentos para identificar não apenas a distribuição desigual de espaço entre fontes negras e brancas, mas também os mecanismos discursivos que sustentam essa assimetria.

O PROTAGONISMO NEGRO NAS TELAS

A presença de jornalistas negros na televisão brasileira é marcada por uma trajetória de enfrentamento ao preconceito, à hostilidade e à imposição de padrões estéticos e comportamentais eurocêntricos (Moura *et al.*, 2021). O Brasil foi o último país da América Latina a abolir a escravidão e um dos que mais receberam pessoas negras trazidas da África (Moura *et al.*, 2021). Mesmo após a abolição, as elites continuaram a criminalizar e marginalizar a existência negra.

Como explica Ferraz e Simioni (2022), o discurso da miscigenação foi utilizado de forma a reforçar a ideia de “branqueamento” da população, sustentada por teorias raciais que legitimavam uma

suposta superioridade branca. Dessa forma, o racismo brasileiro consolidou-se como um “preconceito velado”, mascarado pela retórica da cordialidade entre negros e brancos (Ferraz & Simioni, 2022).

Mesmo com a inserção de jornalistas negros como Heraldo Pereira e Glória Maria, suas trajetórias foram marcadas por resistência. Uma dessas resistências é justamente a aparência física. “O padrão de beleza atrelado aos indivíduos brancos e suas características fenotípicas, tendo o negro como feio e grotesco, afeta a raça, mas principalmente as mulheres negras” (Moura *et al.*, 2021, p. 05).

Pesquisas mostram que o racismo institucional e estrutural está presente nas redações e na própria prática jornalística. Segundo o Perfil Racial da Imprensa Brasileira (2021), criado pelos Jornalistas & Cia, Portal dos Jornalistas, Instituto CORDA - Rede de Projetos e Pesquisas I'MAX, 77% dos jornalistas que atuam em redações se declaram brancos, enquanto apenas 20% se identificam como pretos.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa adotou a abordagem quali-quantitativa em duas etapas complementares. Primeiro, foi realizado um levantamento por meio da Análise de Conteúdo, identificando a presença e a distribuição das fontes nas edições do *Jornal Nacional*. Em seguida, esses resultados foram aprofundados a partir do *Contrato de Informação Midiático* de Charaudeau (2006), que permite interpretar como essas vozes são posicionadas e quais sentidos são produzidos na narrativa. Conforme destacam Schneider *et al.* (2017), a combinação entre mensuração e interpretação amplia a compreensão dos dados e torna a análise mais completa. Embora algumas correntes defendam que a Análise de Conteúdo e abordagens discursivas não dialogam, neste estudo as duas etapas não são contraditórias, pois cumprem funções distintas e complementares. A Análise de Conteúdo permite mapear e quantificar a presença das fontes, enquanto o *Contrato de Informação Midiático* de Charaudeau (2006) oferece um quadro interpretativo para compreender como essas vozes são posicionadas na narrativa. Assim, as duas metodologias se articulam para ampliar a compreensão dos resultados.

O objetivo desta pesquisa foi investigar como fontes negras oficiais, especialistas e primárias são representadas nas edições do *Jornal Nacional* exibidas entre 1º e 31 de agosto de 2024, disponíveis na plataforma Globoplay. A escolha desse período teve como critério a observação da cobertura cotidiana, sem a interferência de datas comemorativas ligadas à negritude. Foram analisadas 27 edições, de segunda a sábado, já que o telejornal não é exibido aos domingos. Cada programa, com duração média de 25 a 50 minutos, foi assistido integralmente, o que garantiu uma amostra consistente.

A primeira etapa do trabalho foi a pesquisa documental, que, conforme explicam Sá-Silva *et al.* (2009), analisa materiais ainda não interpretados cientificamente, com o propósito de produzir novos conhecimentos. Foram utilizados documentos e relatórios que contextualizam a presença da população negra na mídia brasileira, como os dados do Ministério da Igualdade Racial (Brasil, 2022), além de estudos sobre representação racial na televisão e no telejornalismo.

A pesquisa teve ainda uma etapa exploratória, no sentido proposto por Gil (2007), voltada ao aprofundamento de ideias e reflexões já existentes. Nessa fase, foram considerados relatos de jornalistas negras, como Glória Maria e Aline Midlej, que contribuíram para compreender de forma mais concreta como o racismo estrutura o ambiente jornalístico.

A análise das edições selecionadas foi realizada com base na Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (1977), que a define como um conjunto de procedimentos sistemáticos voltados à descrição e interpretação do conteúdo das mensagens. Essa metodologia possibilitou identificar padrões, sentidos e recorrências nas reportagens do Jornal Nacional relacionadas à presença de fontes negras.

O estudo utilizou a Análise de Conteúdo categorial, que consiste em agrupar elementos a partir da frequência de ocorrência de determinadas categorias Oliveira (2008). As informações foram organizadas a partir dos seguintes critérios:

- Informações gerais: data, duração da edição e cabeça da matéria;
- Formatos jornalísticos: reportagens, ao vivo, notas pé, notas peladas e notas cobertas;
- Nível de cobertura: nacional ou internacional;
- Editorias: educação, saúde, política, economia, esportes, policial, meio ambiente, cultura, tecnologia e cotidiano;
- Classificação das fontes: oficiais, experts e primárias;
- Especificações: gênero, raça, ocupação profissional e tempo de tela.

A aplicação da Análise de Conteúdo seguiu as três fases indicadas por Bardin (1977): pré-análise, em que foram definidos os objetivos, o problema e as categorias; exploração do material, que consistiu na coleta e organização dos dados, sistematizados por meio do aplicativo Notion; e tratamento dos resultados, quando foram quantificadas as aparições das fontes e realizada a interpretação qualitativa sobre como as pessoas negras foram enquadradas e representadas no noticiário. Por fim, a segunda etapa analítica articulou esses resultados ao *Contrato de Informação Midiático* de Charaudeau (2006), permitindo compreender como o telejornal organiza identidades, finalidades, proposições e dispositivos que estruturam a circulação das falas. Essa abordagem complementa a Análise de

Conteúdo ao evidenciar não apenas quem aparece, mas também de que modo essas vozes são legitimadas ou marginalizadas dentro da narrativa jornalística.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta etapa apresenta os resultados obtidos a partir do mapeamento das edições do *Jornal Nacional* disponíveis na plataforma Globoplay, exibidas entre 1º e 31 de agosto de 2024. O corpus analisado reuniu 27 edições, transmitidas de segunda-feira a sábado, com duração média de 25 a 50 minutos cada. Em todas, foram observadas as fontes brancas e negras, bem como suas aparições, funções, editorias, gênero e tempo de fala.

O formato mais comum identificado foi a reportagem com fontes, com 196 ocorrências ao longo do período. Isso mostra que o *Jornal Nacional* prioriza matérias mais completas, que permitem aprofundar os temas e incluir diferentes pontos de vista. Como explicam Holanda e Oliveira Filho (2014), a notícia tem o papel de relatar fatos atuais e de interesse público de maneira clara, e isso depende da credibilidade do veículo. Moraes *et al.* (2015) destacam que a credibilidade é a base da relação entre o público e os meios de comunicação, funcionando como “um contrato de confiança” entre ambos.

Também foram identificadas 81 reportagens sem fontes, geralmente em coberturas internacionais, como os conflitos entre Israel e Hamas, nas quais o correspondente apenas narra o fato com imagens de apoio. As notas peladas, ou seja, notícias curtas lidas pelo apresentador sem imagens, somaram 36 registros. Já as notas cobertas totalizaram 63 aparições, enquanto as notas pé foram 46. Outro formato presente foi o “ao vivo”. No período analisado, foram registradas 20 transmissões ao vivo sem fontes e apenas 4 com fontes.

Em relação ao gênero das fontes, os dados revelam uma diferença significativa: 66% das pessoas entrevistadas eram homens e 34% mulheres. Essa desigualdade mostra que a produção jornalística ainda se fundamenta nas estruturas sociais marcadas por hierarquias de gênero. Para Márcia Veiga da Silva (2010a), gênero é uma categoria que ajuda a entender como as convenções sociais sobre o masculino e o feminino estão ligadas às relações de poder e à forma como a mídia constrói a realidade. Mesmo quando mulheres aparecem como fontes, elas ainda atuam em um espaço dominado por lógicas masculinas, como lembra Louro (1997). No caso específico desta pesquisa, os homens apareceram 95 vezes como fontes oficiais, ou seja, cerca de 764% a mais que as mulheres.

A maioria das fontes identificadas foi de pessoas brancas (387), enquanto as pessoas negras somaram 133. Outras quatro não tiveram identificação, pois apareceram em denúncias anônimas. Esses números mostram uma grande desigualdade racial nas reportagens, com predominância de vozes brancas nas narrativas jornalísticas, um padrão já observado em outros estudos sobre o telejornalismo brasileiro. Quando o recorte é raça e gênero, o cenário torna-se ainda mais desigual. Como lembra Galdino (2018, p. 39), “ser mulher negra no Brasil é lutar contra um duplo preconceito, o primeiro é por ser mulher e o outro é pela cor da pele”.

Como destaca Ensinas (2007), a ausência de grupos sociais historicamente excluídos nos meios de comunicação mostra a falta de democracia e a dificuldade do modelo midiático em incluir todos na esfera pública. Assim, mesmo sendo maioria na população, pessoas negras continuam tratadas como minoria na mídia.

O *Jornal Nacional* concentra 74% de suas reportagens em temas nacionais e 26% em internacionais. Essa abrangência é possível pela estrutura e rede de correspondentes da emissora, o que garante agilidade e alcance. O telejornal se consolidou justamente por ser uma referência pela forma de cobertura e pela inovação, sendo pioneiro em reportagens coloridas e transmissões via satélite. Por isso, como aponta Becker (2005), o programa é reconhecido como um exemplo de “telejornalismo de qualidade” no Brasil.

A editoria com mais fontes foi Esportes, com 127 pessoas entrevistadas. Esse número se deve à cobertura dos Jogos Olímpicos de Paris 2024, que gerou várias matérias com atletas. Das fontes identificadas nessa editoria, 53 eram negras, em sua maioria atletas ou familiares, ou seja, fontes primárias. Isso mostra que as pessoas negras aparecem com mais frequência em temas ligados ao corpo e ao desempenho físico, reforçando um padrão comum na mídia brasileira. Como já apontava Sodré (1999), a presença negra na mídia é mínima se comparada à proporção da população afrodescendente no país. Mesmo quando há visibilidade, como no esporte, ela não representa uma participação contínua ou diversificada.

Na editoria Cotidiano, das 95 fontes, apenas 20 eram negras. Essa seção tratou de temas gerais, como campanhas públicas, pesquisas e tragédias, como o acidente aéreo da Voepass em 9 de agosto. Nessa cobertura, a maioria das entrevistas foi com pessoas brancas como autoridades e moradores locais. Em Meio Ambiente, das 72 fontes, só 15 eram negras, a maioria primárias. As reportagens abordaram queimadas e seca na Amazônia, mas priorizaram vozes institucionais e técnicas, quase todas brancas.

Na editoria Cultura, houve 59 fontes, sendo 13 negras, principalmente artistas ou pessoas comuns comentando o legado de Silvio Santos. Já em Política, das 51 fontes, apenas 4 eram negras, o

que mostra uma presença quase inexistente de pessoas negras no debate político. Na editoria Policial, das 52 fontes, 9 eram negras, geralmente como testemunhas ou vítimas, e não como oficiais ou experts. Outras editorias também mostraram baixa presença de pessoas negras.

Em 27 edições do *Jornal Nacional*, foram identificadas 92 fontes oficiais brancas e 11 negras, o que significa que as brancas apareceram quase oito vezes mais. Entre as fontes experts, a diferença é parecida: 117 brancas contra 10 negras. Já entre as fontes primárias, que costumam ser pessoas comuns ligadas ao tema das reportagens, foram 178 brancas, 112 negras e 4 sem identificação, por se tratar de denúncias anônimas. Esses números mostram que, mesmo em diferentes tipos de fontes, as pessoas negras continuam com pouca representatividade. Como afirma Kátia Costa (2012), o mito da “democracia racial” no Brasil é desmontado quando se observam os dados, a ideia de igualdade entre brancos e negros não se sustenta, pois a exclusão e a desigualdade ainda são evidentes.

Na maior parte das vezes, fontes negras só aparecem quando o tema envolve questões raciais. Um exemplo é a edição de 1º de agosto de 2024, que exibiu uma reportagem sobre Donald Trump e seus ataques racistas à candidata Kamala Harris. A entrevistada foi Andra Gillespie, pesquisadora de Política Afro-Americana, convidada para explicar o contexto racial do episódio. Outro caso ocorreu em 16 de agosto, quando a pesquisadora Alessandra Benedito, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), comentou o Enem dos Concursos e a importância das cotas raciais no serviço público. As pessoas negras aparecem principalmente para falar sobre raça, mas raramente são consultadas em áreas como política, economia ou segurança pública.

Entre as fontes identificadas como brancas, foram contabilizados 31 minutos e 6 segundos como fonte oficial, 51 minutos e 45 segundos como fonte expert e 35 minutos e 55 segundos como fonte primária, totalizando 1 hora, 58 minutos e 46 segundos de tempo de tela. Já as fontes identificadas como negras somaram 3 minutos e 53 segundos como fonte oficial, 2 minutos e 26 segundos como fonte expert e 24 minutos e 37 segundos como fonte primária, alcançando um total de 30 minutos e 56 segundos. No caso das fontes sem identificação racial, não houve registro de tempo como fonte oficial ou expert, sendo contabilizados apenas 2 minutos e 4 segundos como fonte primária, totalizando 2 minutos e 4 segundos de tempo de tela.

Os dados sobre o tempo de tela reforçam o que aponta Costa K. (2012) sobre haver uma grande diferença na visibilidade entre fontes brancas e negras. As pessoas brancas falaram por quase duas horas, enquanto as negras tiveram pouco mais de trinta minutos de exposição, uma diferença de quase quatro vezes. Entre as fontes oficiais, as pessoas brancas apareceram cerca de oito vezes mais, e nas experts, a diferença é também alarmante. Apenas nas fontes primárias o tempo se mostrou um pouco mais equilibrado. Essa desigualdade evidencia o que Sodré (1999) chama de desterritorialização,

em que o “outro”, no caso, as pessoas negras, é afastado dos espaços de poder e visibilidade. Assim, o Jornal Nacional continua reproduzindo um modelo que silencia e marginaliza vozes negras.

ANÁLISE DOS RESULTADOS A PARTIR DO CONTRATO MIDIÁTICO

A interpretação dos resultados também foi realizada sob a perspectiva do *Contrato de Informação Midiático* proposto por Patrick Charaudeau (2006), a partir dessa abordagem, é possível observar que a desigualdade identificada na Análise de Conteúdo não se expressa apenas nos números, mas também na forma como as fontes são enquadradas, posicionadas e autorizadas a falar.

Na dimensão identitária, o telejornal atribui autoridade sobretudo a pessoas brancas, que concentram as funções de oficiais e experts, enquanto as fontes negras aparecem majoritariamente como primárias, associadas à experiência individual e não ao saber especializado.

Na dimensão da finalidade, as fontes brancas são convocadas para explicar e contextualizar os fatos (alinhadas ao *fazer-saber*), enquanto as fontes negras surgem, em geral, em relatos pessoais ou temas raciais, reforçando um lugar discursivo voltado ao *fazer-sentir*. A proposição do telejornal mantém essa assimetria ao acionar pessoas negras quase exclusivamente para falar sobre raça, enquanto análises de política, economia, segurança pública ou meio ambiente permanecem ancoradas em vozes brancas.

Por fim, o dispositivo confirma a desigualdade: fontes brancas acumularam quase duas horas de tempo de fala, enquanto as negras tiveram pouco mais de trinta minutos, limitando sua possibilidade de construir autoridade dentro da narrativa.

Pode-se organizar esses resultados a partir das dimensões do *Contrato de Informação Midiático* (Charaudeau, 2006). Na Identidade, a autoridade aparece ligada principalmente às fontes brancas, enquanto as negras ficam concentradas como fontes primárias, em posições de menor prestígio. Na Finalidade, fontes brancas são chamadas para explicar os fatos, e fontes negras para relatar experiências ou falar sobre questões raciais. Assim, o poder de interpretar os acontecimentos fica distribuído de forma desigual. Na Proposição, pessoas negras quase sempre falam apenas sobre raça, o que mantém a perspectiva branca como dominante na leitura dos acontecimentos. No Dispositivo, o maior tempo de fala dado às fontes brancas reforça essa diferença e limita a construção de autoridade discursiva das fontes negras.

Por fim, a combinação das análises mostra que o *Jornal Nacional* mantém uma distribuição desigual de autoridade e visibilidade, reforçando hierarquias raciais que atravessam tanto a seleção das fontes quanto o modo como são representadas.

CONCLUSÕES

A partir do levantamento e análise dos dados, foi possível perceber que o *Jornal Nacional* ainda reflete as desigualdades estruturais da sociedade brasileira no que diz respeito à visibilidade e ao espaço de fala às pessoas negras. Ao mapear as edições analisadas, identificou-se um total de 387 fontes brancas e 133 fontes negras, uma grande diferença na representação racial no telejornal. Além da quantidade, também há desigualdade no tempo de exposição, onde as pessoas brancas somaram quase duas horas em tela enquanto as negras apareceram por 30 minutos e 56 segundos, ou seja, quase quatro vezes menos. Mesmo diante de uma população brasileira majoritariamente negra, a proporção observada nas reportagens mostra que a representatividade racial no telejornal segue sendo desigual, o que reforça o quanto as vozes negras ainda ocupam menos espaço nas narrativas jornalísticas.

Em relação aos enquadramentos, percebeu-se que as pessoas negras aparecem principalmente em contextos específicos, como o esporte ou pautas sobre desigualdade racial. Já nas editorias de Cotidiano, Meio Ambiente ou Política, a presença negra é pequena. Essa ausência ajuda a manter o padrão de centralidade da branquitude como sinônimo de autoridade e saber.

No que diz respeito ao gênero, os homens foram 66% das fontes, enquanto as mulheres corresponderam a apenas 34%, e entre as fontes oficiais, as mulheres aparecem 76% menos que os homens. Outro dado importante é a classificação das fontes, onde as oficiais e experts foram, em maioria, pessoas brancas. Já entre as fontes primárias, houve um equilíbrio entre fontes negras e brancas, mas ainda é um dado pequeno comparado ao nível dos outros tipos de fontes.

Ao observar o conjunto das edições, torna-se evidente que o *Jornal Nacional* atua como agente ativo na produção de representações sociais, sustentando a lógica de exclusão racial e de gênero que organiza o campo comunicacional e, por consequência, o imaginário social. Dessa forma, esta pesquisa reafirma a importância de se pensar um jornalismo antirracista e decolonial, comprometido com a equidade e com a democratização das vozes. Um jornalismo que entenda a comunicação como espaço de disputa simbólica e reconheça que ampliar a imagem e a voz de cada pessoa é também reconhecer pertencimento.

- Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen. <https://sites.ufpe.br/enegrecer/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/ALMEIDA-Silvio-Racismo-estrutural-Livro-2019.pdf>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Edições 70. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684991/mod_resource/content/1/BARDIN_L_1977_Analise_de_conteudo_Lisboa_edicoes_70_225.20191102-5693-11evk0e-with-cover-page-v2.pdf
- Becker, B. (2005). Telejornalismo de qualidade: um conceito em construção. *Galáxia*, (10), 51–64. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1428/896>
- Bordinhão, J. D. (2023). *Jornalismo, ciência e enquadramento: uma análise da cobertura sobre técnicas controversas envolvendo o genoma humano pelo jornal Estadão, entre 2007 e 2022* [Monografia de graduação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258865/001170612.pdf>
- Brasil. Ministério da Igualdade Racial. (2022). *População*. <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/hub-igualdade-racial/populacao>
- Charaudeau, P. (2006). *Discurso das mídias*. Contexto.
- Charaudeau, P. (2016). *Discurso e desigualdade social*. Contexto.
- Costa, K. R. R. da. (2012). De quando a pluralidade revela a invisibilidade. In R. C. da S. Borges & R. Borges (Orgs.), *Mídia e racismo*. DP et Alii; Associação Brasileira de Pesquisadores Negros. <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/roberto-carlos-da-silva-borges-e-rosane-borges-orgs-mc3addia-e-racismo.pdf>
- Ensinas, R. (2007). *A falta de pluralidade de fontes no telejornalismo diário: Jornal Hoje* [Monografia de graduação, Centro Universitário de Brasília]. Repositório UNICEUB. <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/1590/2/20386282.pdf>
- Ferraz, F. B., & Simioni, R. L. (2022). Tradução das teorias raciais no contexto brasileiro. *Revista Katálysis*, 25(2), 181–190. <https://www.scielo.br/j/rk/a/LNSnHsRn6gz7KTP4mLCRpvK/>
- Galdino, M. C. C. (2018). *As mulheres negras no telejornalismo brasileiro: uma perspectiva paulista* [Monografia de graduação, Universidade Metodista de São Paulo]. [Academia.edu. https://www.academia.edu/46478855/AS_MULHERES_NEGRAS_NO_TELEJORNALISMO_BRASILEIRO](https://www.academia.edu/46478855/AS_MULHERES_NEGRAS_NO_TELEJORNALISMO_BRASILEIRO)

- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4. ed.). Atlas.
https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf
- Hall, S., Critcher, C., Jefferson, T., Clarke, J., & Roberts, B. (1978). *Policing the crisis: Mugging, the state, and law and order*. The Macmillan Press Ltd.
<https://sociologytwynham.com/wp-content/uploads/2014/10/policing-the-crisis.pdf>
- Holanda, A. K. C. M. de, & Oliveira Filho, J. T. da S. (2014). Formatos noticiosos no telejornalismo: Características e transformações sob o olhar dos estudos culturais. In *Anais do XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Norte*.
<https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/14/1810/042520240250036629ef0b75ebf.pdf>
- Lage, N. (2006). *Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística* (3. ed.). Record.
<https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>
- Lage, N. (2013). Conceitos de jornalismo e papéis sociais atribuídos aos jornalistas. *Pauta Geral*, 1(1), 20–25. <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/6080/3724>
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação*. Vozes.
<https://bibliotecaonlinedahisfj.wordpress.com/wp-content/uploads/2015/03/genero-sexualidade-e-educacao-guacira-lobes-louro.pdf>
- Macedo, N. D. de. (1995). *Iniciação à pesquisa bibliográfica: Guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa*. Edições Loyola. <https://repositorio.usp.br/item/000888014>
- Mendes, M. C. L. (2010). *A pluralidade das fontes de informação no ciberjornalismo português: Contribuição para a definição de parâmetros específicos de qualidade* [Dissertação de mestrado, Universidade do Porto]. https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.show_file?pi_doc_id=29913
- Moraes, D. de, Ramonet, I., & Serrano, P. (2015). *Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da comunicação*. Boitempo Editorial.
https://literatureseweb.wordpress.com/wp-content/uploads/2020/11/mi_dia_-_poder-e-contrapoder-da-concentracao-monopod196lica-a-democratizacao-da-informacao-by-denis-de-m.pdf
- Moura Júnior, J. F., Lima, A. A. de S., & Portela, F. F. (2021). Discursos da elite branca local sobre raça e políticas de reparação em duas cidades no interior do Nordeste. *Sociedade em Debate*, 27(1), 183–201. <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2750>
- Oliveira, D. C. de. (2008). Análise de conteúdo temático-categorial: Uma proposta de sistematização. *Revista Enfermagem UERJ*, 16(4), 569–576. <https://docs.bvsalud.org/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>
- Perfil racial da imprensa brasileira. (2021). Jornalistas & Cia; Portal dos Jornalistas; Instituto Corda/I'Max.

- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo. *Comunicação e Sociedade*, 14(1-2), 277–294.
https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5512/1/CS_vol2_mpinto_p277-294.pdf
- Porto, M. (2005). The principle of diversity in journalism. *Brazilian Journalism Research*, 1(1), 135–153. <https://bjr.sbjor.org.br/bjr/article/download/40/41/161>
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. de, & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, 1(1), 1–15.
<https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=4403627&forceview=1>
- Schmitz, A. A. (2011). *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Combook.
<https://iscom.com.br/wp-content/uploads/2020/11/FontesNoticias.pdf>
- Schneider, E. M., Fujii, R. A. X., & Corazza, M. J. (2017). Pesquisas quali-quantitativas: contribuições para a pesquisa em ensino de ciências. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 5(9), 569–584.
<https://editora.sepq.org.br/rpq/article/view/157>
- Silva, M. V. da. (2010a). *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre modos de produção das notícias* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Lume Repositório Digital. <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25629/000753018.pdf>
- Silva, R. C. da. (2010b). A transição do jornalismo – do século XIX ao século XX. *Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, 15, 21. <https://arquivo.bocc.ubi.pt/pag/silva-rodrigo-carvalho-transicao-do-jornalismo.pdf>
- Sodré, M. (1999). *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil*. Vozes.
<https://cursosextensao.usp.br/mod/resource/view.php?id=178864&forceview=1>
- Traquina, N. (2020). *Porque as notícias são como são* (1ª ed.). Insular Livros.
<https://dokumen.pub/porque-as-noticias-sao-como-sao-1-1nbsped-9786586428186-6586428181-e-5710191.html>